



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO- BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**NICOLAS DUARTE SILVA**

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO  
ESTADO DO CEARÁ E DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ**

**REDENÇÃO-CE**

**2023**

**NICOLAS DUARTE SILVA**

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO  
ESTADO DO CEARÁ E DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

**Orientador: Profa. Dra. Sandra Maria Guimarães Callado**

**REDENÇÃO-CE**

**2023**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Silva, Nicolas Duarte.

S586p

Políticas de segurança pública: uma análise comparativa do estado do ceará e da região do maciço de baturité / Nicolas Duarte Silva. - Redenção, 2023.  
50f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Maria Guimarães Callado.

1. Segurança pública. 2. Defesa social. 3. Políticas públicas. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 364.981

---

**NICOLAS DUARTE SILVA**

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO  
ESTADO DO CEARÁ E DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – Campus do Ceará.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Maria Guimarães Callado (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Maria Vilma Coelho Moreira Faria**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Rosalina Semedo de Andrade Tavares**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia primeiramente a Deus por nunca me deixar desanimar e sempre seguir em frente.

Dedico aos meus entes familiares que sempre me apoiaram durante todo meu trajeto até aqui, minha mãe Ana Paula e meu pai Francisco Laudeni, sem vocês eu não me tornaria quem eu sou hoje.

Dedico também a minha companheira Vivian Menezes por apoio e ajuda durante a presente monografia.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente e novamente a Deus, agradeço a todos os meus amigos por serem pessoas incríveis que me ajudaram na minha caminhada acadêmica.

Agradeço em especial minha orientadora Sandra Maria Guimaraes Callado, por todo conhecimento, ajuda e ensinamentos repassados para mim, e agradeço ao Marcelo Davi Santos por também colaborar para o desenvolvimento desta monografia.

Sou grato a todos vocês e sempre guardarei vocês na memória, muito obrigado.

## RESUMO

O presente trabalho evoca atenção e devida importância ao tema segurança pública, que está presente em diversos âmbitos da sociedade. Nessa senda, os principais objetivos desse estudo são: i) Enumerar as políticas públicas que auxiliam na segurança pública e defesa social do estado e municípios; ii) Analisar o perfil dos Crimes Violentos, Letais e Intencionais - CVLIs no estado do Ceará e municípios da Região do Maciço de Baturité (RMB) e; iii) Refletir sobre o papel da gestão municipal como agente responsável na melhoria da segurança pública e defesa social. Para auxiliar no alcance dos objetivos, teve-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, onde analisou-se os objetivos referidos na Região Maciço de Baturité no período de 2015 a agosto de 2023. Com isso, os resultados alcançados evidenciam a segurança pública como uma área a receber mais atenção onde nem todas as políticas públicas foram realizadas, e os números de homicídios elevados chamam atenção, refletindo assim no papel dos municípios para maior envolvimento e investimentos na área para reduzir os índices de violência e criminalidade em Maciço de Baturité.

**Palavras chaves:** Segurança Pública, Defesa Social, Criminalidade, Violência, Municípios e Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The present work draws attention and due importance to the theme of public security, which is present in various spheres of society. In this context, the main objectives of this study are: i) to enumerate public policies that assist in public security and social defense at the state and municipal levels; ii) to analyze the profile of Violent, Lethal, and Intentional Crimes (CVLIs) in the state of Ceará and municipalities in the Maciço de Baturité Region (RMB); and iii) to reflect on the role of municipal management as a responsible agent in improving public security and social defense. To assist in achieving these objectives, a qualitative bibliographical research methodology was employed, analyzing the mentioned objectives in the Maciço de Baturité Region from 2015 to August 2023. The results obtained highlight public security as an area that requires more attention, where not all public policies have been implemented, and the high homicide rates draw attention, reflecting the role of municipalities in greater involvement and investments in the area to reduce violence and crime rates in the Maciço de Baturité region.

**Keywords:** Public Security, Social Defense, Crime, Violence, Municipalities and Public Policies.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CE - Ceará

CF - Constituição Federal

CVLI - Crimes Violentos, Letais e Intencionais

FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

PMPU - Programa Municipal de Proteção Urbana

PPA - Plano Plurianual

RMB - Região do Maciço de Baturité

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEDUC - Secretaria de Educação

SESA - Secretaria da Saúde

SUPESP - Superintendência de Pesquisa e Estratégica de Segurança Pública do Estado do Ceará

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Alguns Programas de Segurança Pública identificados no Ceará.

Quadro 2. Informações socioeconômicas e populacionais dos municípios do Maciço de Baturité.

Quadro 3. Diretrizes de Segurança Pública do PPA 2016 - 2019.

Quadro 4. Diretrizes de Segurança Pública do PPA 2020 - 2023.

Quadro 5. Diretrizes de segurança pública 2024 – 2027.

Quadro 6. Complemento Discriminação de Quantitativo de Vítimas do Estado do Ceará.

Quadro 7. Complemento Discriminação de Quantitativo de Vítimas da Região do Maciço de Baturité.

Quadro 8. Classificação dos Anos Mais e Menos Violentos no Ceará e no RMB de acordo com a média no Período de 2015 a 2022.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Quantitativo de Vítimas segundo Gênero no Estado do Ceará.

Gráfico 2 - Quantitativo de Vítimas segundo Gênero na RMB.

Gráfico 3 - Incidência de Vítimas segundo Faixa Etária no Estado do Ceará.

Gráfico 4 - Incidência de Vítimas segundo Faixa Etária na RMB.

Gráfico 5 - Quantitativo de Vítimas por Raça no Estado do Ceará.

Gráfico 6 - Quantitativo de Vítimas por Raça na RMB.

Gráfico 7 - Escolaridade das Vítimas no Estado do Ceará.

Gráfico 8 - Escolaridade das Vítimas na Região do Maciço de Baturité.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1. CEARÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA	14
2.2. SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	17
2.3. O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA SEGURANÇA PÚBLICA	19
3. METODOLOGIA	22
3.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	23
3.2 MATERIAL E MÉTODO	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
4.1. ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL PARA A REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ	28
4.1.1 AÇÕES IDENTIFICADAS NA REGIÃO	33
4.2. ANÁLISE COMPARATIVA DO PERFIL DOS CVLIs NO ESTADO DO CEARÁ E NOS MUNICÍPIOS DA RMB	35
4.3. REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA GESTÃO MUNICIPAL NA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.	43
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	45
6. REFERÊNCIAS	47

## 1. INTRODUÇÃO

No passado, o homem, quando ameaçado por alguma razão ou motivo, agia em prol de sua defesa e dos seus através de ações violentas, de forma instintiva, similar à de um animal. No passado, nas civilizações mais antigas, os homens viviam entre si sem a base de leis ou regras ou qualquer outro instrumento que servisse de parâmetro para que se evitasse situações com a presença da violência física (HOBBS, 1651).

Com o tempo, as civilizações cresceram e os conflitos de qualquer ordem precisaram ser resolvidos de maneira mais pacífica e com a preservação de direitos e deveres para quem fosse vítima ou agressor, respectivamente. Apesar disso, ainda se observa um aumento da violência que pode estar relacionada ao aumento da população como também da complexidade que advém das relações entre as pessoas.

É imprescindível notar que alguns aspectos, como os citados anteriormente, levem a irracionalidade humana que existe desde o início dos séculos até a contemporaneidade, caracterizando acontecimentos que marcam historicamente o mundo, como: guerras; assassinatos; discriminação e; assaltos, por exemplo.

Como solução ou diminuição desses problemas, as civilizações criaram regras ou leis que foram evoluindo a cada geração, dando início assim ao termo "segurança" para melhorar o convívio entre as pessoas.

No Brasil, a exemplo do que acontece nos outros países, existe um sistema de leis e regras, que precisa ser atualizado e acompanhar a complexidade que envolve as relações entre as pessoas e nas mais diversas formas de organização entre grupos. Com isso, cita-se que no Brasil, as constituições (conjunto de leis), são escritas, entre outras razões, também para o estabelecimento da ordem e da paz.

A Constituição vigente no país é a de 1988. É um documento de importância ímpar para por limitações nas ações violentas que possam surgir ou acontecer. Além disso, também serve para garantir o direito à segurança pública a todos os cidadãos, assim como o estabelecimento do Estado Democrático.

A sociedade retratada no século 21 no Brasil resulta de um processo da civilização modelada ao longo dos anos em que o Estado atuou com suas políticas públicas em setores que a Constituição de 1988 contemplou em seus parágrafos e artigos.

Dentre as inúmeras atribuições de responsabilidade do Estado, tem-se a oferta e manutenção da segurança pública, serviço público de suma importância para o estabelecimento da harmonia social, para além do que já foi citado até aqui.

É de extrema importância e de conhecimento público que as pessoas devem e precisam tomar conhecimento sobre seus direitos com respeito à segurança. Nessa senda, para maior segurança nos estados e municípios brasileiros, é preciso entender que é preciso existir mecanismos de prevenção também para que se evite o surgimento de situações que saiam do controle ou sejam fatais ou causem prejuízos irreparáveis às pessoas e sua convivência em sociedade. Mecanismos outros, para além de instrumentos como armas e viaturas por exemplo.

A partir desse raciocínio, afirma-se que é responsabilidade de todos ajudar na preservação da ordem pública que é um direito público que requer a contrapartida de um dever que se entende como ser do estado para com seus cidadãos, assim como está citado da Constituição Federal de 1988, no art. 144, que trata por sua vez de abordar mais detalhadamente o direito à segurança pública.

A segurança pública é um serviço público que, segundo a constituição, é de competência dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia federal rodoviária; polícia civil; polícia militares e; corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

A polícia civil e a polícia federal são de competência da União e por ela deve ser fiscalizada. Seguindo esse raciocínio, outras áreas de atuação e a depender da circunscrição da mesma, tem-se a polícia rodoviária federal atuando em rodovias estaduais e federais, por exemplo; polícia ferroviária federal, em ferrovias, e outras repartições da polícia federal e; as polícias militares, os corpos de bombeiros militares juntamente também com a polícia civil, subordinam-se ao governo estadual. Quanto aos municípios, esses têm a prerrogativa de poder constituir (denominada guarda municipal) para a proteção dos seus munícipes e bens.

Tomando como base para uma análise mais pormenorizada sobre o tema em epígrafe, toma-se para o desenvolvimento do presente estudo, delimitar o tema para o Estado do Ceará, no qual sabe-se que a violência e a marginalização têm sido temas/pauta de discussões constantes nos últimos anos dado que a presença de organizações criminosas como as facções, que se fazem atual e fortemente presente em todo o território cearense. É público a compreensão de que as facções criminosas podem ameaçar, direta ou indiretamente, a paz civil e a preservação da ordem pública no Ceará.

Acredita-se que a oferta de segurança social, assim como a forma como esse serviço público tem sido historicamente centralizado, também é um fator importante para

compreender como influência no aumento da criminalidade. Em adição, tem-se também outros fatores como o desemprego em massa e os precários serviços de educação que ainda persistem no Estado do Ceará, por exemplo, podem ser aqui citados como fatores que colaboraram com a criminalidade.

A violência em geral atinge outros setores da sociedade também, como por exemplo a atividade econômica. Cita-se também que a violência, para além de prejuízos econômicos, também ocorre de forma direcionada a pessoas na sociedade como é o caso de crimes contra a mulher, situação que tem sido crescente em todo o Estado do Ceará.

Todas essas questões aqui citadas corroboram para o desenvolvimento de um tema relevante que diz respeito à gestão pública municipal. Nessa senda, o presente trabalho não tem apenas como objetivo abordar sobre a importância da segurança pública para preservação e longevidade da comunidade, mas também trazer reconhecimento e conscientização sobre a importância da mesma para o âmbito da gestão pública municipal.

## **1.1. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS**

O objetivo geral deste trabalho é analisar o papel e importância do município na gestão da segurança pública no Ceará e na Região do Maciço de Baturité no período de 2015 a julho 2023. Como objetivos auxiliares, citam-se os seguintes:

- i) enumerar as políticas públicas que auxiliam na segurança pública e defesa social do estado e municípios;
- ii) fazer uma análise comparativa do perfil dos Crimes Violentos, Letais e Intencionais - CVLIs no estado do Ceará e municípios da Região do Maciço de Baturité (RMB) e;
- iii) refletir sobre o papel da gestão municipal como agente responsável na melhoria da segurança pública e defesa social.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Com o objetivo de alcançar os objetivos geral e específicos, o referencial teórico a seguir será dividido em três tópicos: i) o Estado do Ceará e as políticas de segurança; ii) segurança pública e defesa social e; iii) o papel dos municípios na segurança pública.

## 2.1. CEARÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

Macêdo (2018) define políticas públicas como ações e programas que são criadas pelo Estado com o intuito de garantir e colocar em prática direitos dos cidadãos que está previsto na Constituição Federal e em outras leis. Essas ações são destinadas a garantir o bem-estar da população. As políticas públicas são realizadas de várias formas dependendo da situação da comunidade, podem ser tanto suportes financeiros, como alimentícios, sempre atendendo as necessidades básicas dos civis.

Partindo do assunto do presente trabalho, vale ressaltar que uma das principais necessidades é a segurança, já que as políticas públicas são voltadas às comunidades mais vulneráveis. As políticas de segurança pública são responsáveis pela identificação de causas e consequências que resultam no aumento da violência e criminalidade. Essa identificação colabora para a programação de estratégias efetivas visando o combate a tais crimes (XAVIER, 2009. p. 59).

No Brasil, atualmente, pode se contar várias políticas de segurança pública. É válido destacar algumas das mais importantes que são aplicadas em todo território nacional, ou seja, por conseguinte, também é aplicado no Estado do Ceará. Primeiramente há o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021 - 2030 (PNSP), dividido em vários ciclos de 2021 a 2030. O plano está direcionado a questões de segurança pública e defesa social e estabelece estratégias de governança e gerenciamento de riscos com vistas à plena execução bem como orientar os entes federativos para elaboração, conteúdo e forma dos planos de segurança pública e defesa social (BRASIL, 2021).

Em 2021, novas políticas de segurança pública foram criadas. O decreto - 10906/2021, por exemplo, o Plano Nacional de enfrentamento ao feminicídio, tem o intuito de conscientizar a sociedade sobre a violência contra a mulher para aumentar as denúncias, garantir direitos e assistência a mulheres vítimas de violência e amenizar o número de feminicídio no país (BRASIL, 2021).

Outra política importante surgiu em 2019, a Política Nacional sobre drogas cujo objetivo era a conscientização da sociedade brasileira e de usuários sobre os prejuízos sociais, econômicos e de saúde que causam o uso indevido e dependência de drogas, resultando em prejuízos econômicos que se faz alusão ao comércio de drogas financiar o crime organizado e ao narcotráfico. Prejuízos esses como por exemplo: dinheiro destinado a drogas ilícitas; corrupção e lavagem de dinheiro; e financiamentos de atividades e organizações criminosas. Isso requer atenção devida sobre o assunto para políticas públicas complementares ao que já

se encontram em vigência e fazer valer as leis e normas sobre as drogas lícitas e ilícitas, entre outras orientações expostas no decreto nacional 9761/2019 (BRASIL, 1988).

As políticas públicas de segurança atuais variam dependendo do assunto em que é tratado, tanto a criminalidade e consumo de drogas, quanto a homicídios, feminicídios e roubos. Diante a algumas políticas nacionais apresentadas, vale-se ressaltar algumas políticas públicas que estão presentes no Estado do Ceará como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1. Alguns Programas de Segurança Pública Identificados no Ceará

<b>Programas</b>	<b>Descrição</b>	<b>Referência</b>
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)	Destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes sócio-culturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados e municípios.	(BRASIL, 2007)
Política sobre Drogas	Realização de ações socioeducativas para a prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, capacitação de profissionais da área da saúde sobre essa política, realização de palestras e eventos para orientar as prefeituras.	(AVILTON, <i>et al</i> , 2017)
Programa Municipal Proteção Urbana - PMPU	Visa atuar como foco na prevenção de violência. Pauta-se pela prática de técnicas preditivas, ações urbanísticas, socioeducativas, desportivas, amparo ao usuário de drogas, vigilância sistemática eletrônica e patrulhamento preventivo e ostensivo.	(TÁVORA, 2018)
Ceará Seguro	Consiste nas ações estratégicas para garantir o salto de qualidade da segurança pública no Ceará. A finalidade do programa é posicionar as forças de segurança preventivamente no combate às práticas delituosas.	(CEARÁ, 2023)
Programa Integrado de Prevenção e Redução da violência (PREVIO)	Qualificar a atuação governamental na realização de ações de prevenção social e segurança pública, na perspectiva de redução de vulnerabilidades e de violências, no prazo de 05 anos, para públicos específicos, tais como: crianças, jovens, adolescentes gestantes, egressos do sistema socioeducativo, população LGBT e mulheres em situação de violência.	(CEARÁ, 2021)

Fonte: Elaboração própria.

Como exposto no quadro, alguns programas foram identificados no Estado do Ceará, os elencados são os que ainda estão em vigor ou os mais atuais, mas a possibilidade de haver mais programas voltados a segurança pública não pode ser descartada, visto que a criminalidade, a violência e as drogas são assuntos delicados em relação a segurança.

E em relação ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), por se tratar de um programa a nível nacional, foi destacado no quadro por estar fortemente vinculado com o Estado do Ceará após ser lançado no presente ano (2023). O programa foi lançado onde o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) anunciou o programa para fortalecimento da segurança na região, contando com novos equipamentos, desde armas e viaturas, a prestação de serviços (CEARÁ, 2023).

Por se tratar de políticas públicas e programas mais atuais, não é de agora que o estado está investindo na segurança. Após um período de eleição que ocorreu no ano de 2014, passou-se a investir mais na segurança pública levando em consideração o quadro elevado da criminalidade do Estado do Ceará, durante as suas duas gestões, houve o acréscimo de delegacias que passou de 136 a 198, e complementando, o número de profissionais de segurança pública contratados subiu de 16 mil a 19 mil profissionais (MOURA, 2019, p. 26).

Ainda segundo Moura (2019, p 27): ‘a falta de investimento em inteligência policial demonstra a desarticulação do Estado perante a ascensão das facções criminosas no Ceará nos últimos anos.’ Ainda em 2019, por causa das ações criminosas fora de controle, decidiu-se investir principalmente na construção em presídios. Como por exemplo a decisão da Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará, que objetiva a separação dos presidiários por facção para evitar conflitos entre os mesmos, estabelecendo paz nas prisões.

Percebe-se que o estado ainda está evoluindo perante a problemática, a possibilidade de surgir novas políticas públicas é grande, assim como investimentos em segurança também é possível. Porém, é de extrema importância entender como os municípios podem colaborar com o estado, entender como os municípios estão reagindo e agindo diante a criminalidade e a violência, pois vale ressaltar que são os municípios que compõem um estado.

## **2.2. SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**

Compreende-se que a violência é mais que um problema social e sua visibilidade em todo o país é inevitável, sendo sentido por todos os cidadãos diretamente ou indiretamente. Esse problema impacta negativamente em outras áreas e nesse sentido, faz-se plausível que

seja importante manter a segurança pública, como sendo um dos principais meios para garantir a paz nacional.

A segurança pública é abrangente em todo o território nacional, fracionada em várias áreas de comunicação, departamentos, circunscrição, cargos, funções, serviços, etc. Ou seja, o conceito de segurança pública se configura como um tema mais complexo.

Partindo da definição de segurança pública, cita-se com base na Constituição de 1988, como um direito obrigatório a todos os habitantes brasileiros de todas as regiões. Adicionalmente, e de acordo com outros autores, a segurança pública pode ser abordada da forma a seguir:

Finalmente, após um quarto de século, o serviço de Segurança Pública seria definido legalmente em defesa da sociedade, e não usado pelo poder estatal contra esta. A partir daquele marco, a Segurança Pública passava a figurar como um direito social fundamental definido constitucionalmente e um bem democrático conquistado legitimamente, indispensável a todos os componentes da sociedade brasileira. (XAVIER, 2016. p. 3).

Sendo a segurança pública um bem democrático legítimo, esse serviço público está previsto na constituição como algo extremamente necessário para manter a ordem e a segurança pessoal e de bens. Nota-se que esse direito é mais uma das conquistas adquiridas ao longo do tempo, quando ocorreu a instalação do Estado Democrático para efetividade de políticas públicas. As diversas sociedades são o que compõe um Estado, para manter uma sociedade segura, é dever do estado investir na segurança pública.

Ainda de acordo com a constituição, cita-se o art. 144, a seguir:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados. (BRASIL, 1988).

A constituição menciona ainda que a segurança é um dever do estado, porém a mesma faz alusão que também é responsabilidade de todos contribuir para a segurança em sociedade, o que torna explícito que o termo segurança não envolve apenas polícia e armas, mas também a participação da sociedade agindo em conjunto para proteção dos patrimônios.

O Estado sendo inteiramente responsável pela segurança, ele institui através dos órgãos, o poder Legislativo, Executivo, Judiciário e a União. A divisão da segurança para cada região depende da divisão legalmente delimitada: União, Estado e Município. A cidadania é um dos

meios do cidadão para usufruir seus direitos civis, políticos e sociais, o que suscita ser importante o mesmo batalhar pelos seus direitos e cobrar a proteção social, havendo assim, uma ponte que liga a segurança pública à cidadania. Então é natural que o cidadão, através do seu direito, se sinta protegido.

Infelizmente, a situação atual do Brasil, principalmente no que tange a criminalidade, tem causado impactos negativos tanto na política como na sociedade, resultando, por exemplo, na insegurança pública. É o que aborda Soares (2006, p. 91): "Assinale-se também que a insegurança pública é, hoje, uma tragédia nacional, que atinge o conjunto da sociedade, e tem provocado um verdadeiro genocídio de jovens, sobretudo pobres e negros, do sexo masculino".

Ainda segundo Soares, cita-se que a criminalidade também se tornou um problema político, pois restringe a liberdade e direitos civis, onde os mais atingidos pelos impactos são as sociedades formadas por grupos de pessoas mais vulneráveis, como os grupos indígenas por exemplo.

Faz-se *mister* observar que a segurança pública, quando não é eficiente, deixa falhas. Garantir mais segurança eficaz e eficiente é essencial para manter a ordem e preservar o estado, evitando atos ilícitos que podem resultar também em conflitos internos na administração dentro de um contexto político.

A segurança pública também é assunto da alçada da administração pública, pois regrada em leis, a transgressão dessas, podem ocasionar em crimes contra a administração. Um dos fatos que ocorre entre a criminalidade e a política é a corrupção, onde há casos de políticos que contribuíram irregularmente para o crime organizado em benefício próprio.

A segurança pública engloba tanto assuntos policiais, administrativos e políticos, estando interligados entre si, obrigando a melhoria da mesma, em prol da ordem pública e fim da corrupção. Faz-se necessário o uso de métodos efetivos e o incentivo a defesa social, que é o principal mecanismo público e privado que preza pela paz social.

Para Miranda e Cardoso (2019, p. 3), as ideias de defesa social partem desde a proteção dos direitos dos indivíduos, até a eliminação das próprias garantias e também direitos individuais, pois com o intuito de entender o conceito de defesa social, os autores encontraram definições que são voltadas a defender a sociedade de crimes e criminosos utilizando os fundamentos do sistema punitivo, ou seja, com a ajuda do direito penal, julgar os indivíduos de acordo com a sua periculosidade para puni-lo (prisão) e retirá-lo da sociedade. Em outras palavras, há que retirar indivíduos indesejados que trazem riscos para a sociedade através do instrumento de defesa social.

Vale ressaltar que a segurança pública faz parte da defesa social, visando a preservação da paz social, buscando ambas, o controle da criminalidade e defesa da sociedade mediante intimidação e penalidades, meios eficientes para o fim da disfuncionalidade no sistema social. Porém, a defesa social deve se adaptar aos termos da segurança pública a seguir:

Hoje em dia o discurso de defesa social se encontra difuso e se articula em torno de uma concepção de direito penal do autor (tomando os etiquetados de criminosos como inimigos da sociedade e que precisam ser combatidos), e em nome desta defesa social, justificam-se toda sorte de violações dos direitos humanos, que marcam a segurança pública no Brasil. Não raro, as violações dos direitos humanos estão acompanhadas de um discurso justificador que invoca a necessidade de defesa social no combate ao crime. (MACEDO & SILVA, 2019, p. 6).

A defesa social, em alguns casos, pode violar os direitos humanos em relação às suas punições, enquanto a segurança pública objetiva combater o crime e livrar a administração pública de desordem, mas de forma justa e objetiva. Em tese, fica evidente a complementação que uma tem sobre a outra.

As políticas públicas também são necessárias para preservação da sociedade, principalmente para as mais vulneráveis. É incontestável achar que apenas a segurança pública e a defesa social são o suficiente para a proteção de uma comunidade, para isso é de suma importância a implementação de políticas públicas que servem de apoio ou incentivo a segurança pública, contribuindo para o desenvolvimento da mesma de várias maneiras.

### **2.3. O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA SEGURANÇA PÚBLICA**

De acordo com a CF (BRASIL, 1988) em seu artigo 144, os municípios poderão aderir a guardas municipais para a proteção de bens, exercer funções de segurança pública da competência dos Estados previsto em lei estadual, assim como serviços de bombeiro.

Além disso, alguns municípios também recebem a segurança das polícias militares com postos presentes localmente, zelando por mais segurança e combatendo a violência no dia a dia, como: criminalidade; porte de drogas e; contrabandos, por exemplo.

Por mais que os sistemas de segurança citados acima estejam em ação nos municípios, ainda se verifica a presença da criminalidade. Em outras palavras, se deve observar o atual sistema de segurança verificando se é necessária a implementação de outras políticas públicas.

Um estudo dirigido no Estado de São Paulo, citou o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), responsável por investir em mais segurança nos municípios. Segundo o autor desse estudo, (ZANETIC, 2016, p. 3), cita-se:

Com relação ao Fundo Nacional de Segurança Pública, assinala-se que ele abriu a possibilidade para que não apenas as polícias estaduais, mas também os municípios – apenas aqueles com Guarda Municipal – requisitassem recursos do governo federal para projetos de segurança. Isto significa que o governo federal viu como legítima e procurou incentivar desde então a atuação dos governos locais; é possível até que o FNSP tenha estimulado a criação de Guardas pelo país depois de 2000.

O Fundo Nacional de Segurança Pública foi criado em 2001. Os recursos desse fundo são destinados aos municípios que possuem guardas municipais. Porém, em 2003, dois anos depois da sua criação, a lei do FNSP sofreu alteração. Os municípios que não possuíam guardas municipais, mas tivessem Conselhos Municipais de segurança e se responsabilizassem em elaborar diagnósticos e Planos Municipais de Segurança, estariam aptos para também receberem a os recursos do FNSP (PEREIRA, 2020. p. 9).

Em relação às áreas prioritárias de atuação e aplicação desses recursos, Vasconcelos (2020, p. 13), reforça prioridade em 4 (quatro) dessas áreas: i) introdução de sistemas de informações e estatísticas policiais; ii) reequipamento das polícias estaduais; iii) treinamento e capacitação profissional e; iv) implantação de programas de policiamento comunitário. O próprio município também poderia aderir a criação de políticas sociais voltadas à segurança pública diante desses recursos.

Ainda de acordo com Zanetic (2016), a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), indicou para que os municípios de São Paulo elaborem um Plano Municipal de Segurança Urbana no qual o plano deve contemplar: diagnósticos sobre área geográfica; problemas da região como crimes e ocorrências policiais, por exemplo. O diagnóstico seria responsável por apontar a prioridade dos problemas para prepararem e realizarem ações efetivas. Assim, aqueles municípios de São Paulo que não possuem guardas municipais teriam o direito dos benefícios oferecidos.

É importante ressaltar a ideia de que o município é a unidade federativa mais próxima do cidadão, e considerando o peso da tarefa que a gestão local tem de enfrentar esses problemas, surge então, uma das primeiras responsabilidades de um município: o interesse na segurança pública para garantir tais recursos. Considerando que não são todos os 13 municípios do Maciço de Baturité que detêm da segurança dos guardas municipais, é evidente que os demais municípios com exiguidade nesse quesito e principalmente vitimados pelo

índice elevado de criminalidade e violência, dependem da criação desses ideais de segurança ditos anteriormente para obtenção dos rapasses do FNSP.

Essas ideias devem ser reconhecidas e por isso são tratadas com maior importância para melhoria da segurança nos municípios. Com o Fundo Nacional de Segurança Pública, os municípios do Ceará junto com os do Maciço de Baturité deveriam ter controle sobre a verba do FNSP para primeiramente analisar os principais problemas com fins em investimentos em uma segurança específica para tratar o problema, ou aderir ao Plano Municipal de Segurança Pública. Com isso, pressupõe ser possível resolver algumas problemáticas aderindo a esse método.

Caso o índice de criminalidade e violência for elevado, em parâmetros econômicos, a falta de segurança pode atrapalhar o mercado de trabalho. O investimento do Fundo Nacional de Segurança Pública também pode ser direcionado a instalação da Guarda Municipal em municípios em que não há registros dos mesmos.

O papel dos municípios não se resume apenas à segurança pautada nos guardas municipais, ainda que muitos deles tenham atribuído a si mesmo seus próprios meios para assegurar a segurança pública. Entre outros meios, cita-se o uso da tecnologia como por exemplo o videomonitoramento, mecanismo atual e de recorrente uso nessa nova fase da implementação da tecnologia e informática.

As tecnologias voltadas a prevenção de violência e criminalidade, apesar de serem importantes, têm de serem apoiadas por alguma política democrática com a finalidade de proteção e segurança, pois são formadas de profissionais para uso eficiente desses métodos, como por exemplo a instalação de cercamentos eletrônicos que também é muito utilizada para identificar possíveis infrações e monitoramento em áreas escolares de um município.

As políticas sociais de segurança pública adotadas pelos municípios carregam uma acentuada importância nessa missão de combate a violência através de programas e ações. Porém, é importante evidenciar que após o Plano Nacional de Segurança Pública de 2018, os municípios que não elaborarem os planos municipais de segurança em até dois anos depois da publicação deste documento, não teria o direito de receberem os recursos disponibilizados pela União destinados a esses programas e ações de segurança e defesa social. (SOUZA, 2021, p 39). Logo é perceptível a relevância e o conhecimento dos municípios perante a isso.

O Plano Nacional de Segurança Pública de 2018, visava o fortalecimento dos municípios e desenvolvimento das políticas municipais. Apesar disso, cita-se que o cidadão também tem forte impacto nas políticas sociais de segurança e defesa social, como dito no Art. 144 da CF (BRASIL, 1988): " A segurança pública, dever do estado e responsabilidade

de todos." É dever do cidadão em conjunto com a sociedade participar e colaborar com programas voltados à população e exigir seus direitos de segurança.

Um exemplo de programa que protagoniza a participação da população é: "o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que definia ações voltadas para recuperação de espaços públicos, incentivo à prática de esportes e programas educativos e profissionalizantes voltados para jovens." (JUNIOR, 2017, p. 73). Esse programa foi bem visto pois as prefeituras dos municípios implementaram essas ações como políticas inclusivas e assim resultando na participação ampla da população nesse programa.

Complementando no que diz respeito sobre as responsabilidades de um município perante a segurança pública, entende-se que é substancial o interesse político em relação ao assunto. Segundo Vasconcelos (2020, p. 17) diz que: "Nesse dramático cenário, os municípios brasileiros podem e devem atuar para mitigar os efeitos deletérios e incomensuráveis das vidas humanas ceifadas pela vitimização letal e incapacitadas pelos crimes violentos. "

### 3. METODOLOGIA

Para Oliveira (2011, p. 8) o conhecimento científico se refere aos passos para verificação, ou seja, informar o método que foi capaz de chegar ao conhecimento. A metodologia se refere aos procedimentos organizados e dos métodos utilizados para alcançar os objetivos auxiliares e o objetivo principal do presente trabalho.

A metodologia é desenvolvida a partir da obtenção dos dados; análise; delimitação do tema e o tipo de pesquisa usados para o desenvolvimento e obtenção dos resultados e discussões.

#### 3.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo encontra-se delimitado para a Região do Maciço de Baturité (RMB) composta por 13 municípios (ver Quadro 2), que ocupa uma área geográfica de 3.707 km<sup>2</sup>, ou cerca de 2,6% do território cearense (CEARÁ, 2019).

Quadro 2. Informações Socioeconômicas e Populacionais dos Municípios do Maciço de Baturité

Municípios	População (2022)	IDHM (2010)	Renda per capita R\$ (2020)
Acarape	14.027	0,606	10.317,47

Aracoiaba	25.553	0,615	9.885,68
Aratuba	11.224	0,622	13.301,76
Barreira	22.391	0,616	9.089,71
Baturité	35.218	0,619	11.616,09
Capistrano	17.254	0,611	10.611,27
Guaramiranga	5.654	0,637	14.182,54
Itapiúna	17.841	0,604	7.944,20
Mulungu	10.569	0,607	11.284,98
Ocara	24.493	0,594	8.912,68
Pacoti	11.186	0,635	11.105,20
Palmácia	10.242	0,622	8.725,16
Redenção	27.214	0,626	13.216,42

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), divulga vários indicadores das 14 regiões do Estado do Ceará, para análise regional do governo e da sociedade. Em 2019, o Ipece publicou o perfil socioeconômico da região do Maciço de Baturité com informações principais em relação às áreas geográficas e populacionais, demográficas e socioeconômicas da região (CEARÁ, 2019).

Em relação à educação, os indicadores educacionais no ensino fundamental disponibilizados pela Secretaria da Educação (SEDUC) em 2017, apresentaram uma taxa de aprovação superior a 90% em quase todos os municípios, sendo em Palmácia e Redenção a maior taxa de aprovação, ambos idênticos a 97,4%, relatando que apenas o município de Baturité constava com uma taxa de aprovação a 85,9% e também o município com a maior taxa de reprovação, sendo igual a 12,4% (CEARÁ, 2019). É notório um avanço na educação fundamental visto que, em 2006 a taxa comum de aprovação atingia 88,2% (CEARÁ, 2006).

No ensino médio, a taxa de aprovação oscila entre os municípios, variando de 69,2% (menor taxa), a 94,3% (maior taxa), resultando em uma diferença de aprovação comparado ao ensino fundamental (CEARÁ, 2019). Todavia, em relação a 2006, o índice de aprovação era 38,1%, concluindo que um avanço significativo se deu nas redes de ensino médio (CEARÁ, 2006).

Partindo para a saúde, a Secretária da Saúde (SESA), divulgou os indicadores dos profissionais na área da saúde que atuam na região. No nível superior é equivalente a 35,41% de profissionais divididos nas categorias de médicos, dentistas, enfermeiros e outros, totalizando 826 profissionais. No nível médio a porcentagem é de 64,59%, ou seja, 1.507 profissionais, divididos nas categorias de agentes comunitários de saúde e outros. O total de profissionais somando o nível superior e o nível médio é igual a 2.333 atuando para melhorar o âmbito da saúde na região (CEARÁ, 2019).

Seguindo em relação a emprego e economia, as maneiras com forte presença na região de gerar emprego e sustento e desenvolvimento da economia, se dá pela área agropecuária, industrial e comercial. A produção e valor da produção agrícola são voltadas a cereais, leguminosas, oleaginosas e frutíferas, como por exemplo a plantação e venda de arroz, fava, feijão, milho, caju, mandioca, etc. A produção de origem animal é a comercialização do leite, mel de abelha, ovos de galinha, entre outros (CEARÁ, 2019).

As empresas totalizam um número de mais de 1030 indústrias instaladas no Maciço, sendo a mais presente as indústrias de transformação com 969 indústrias com a taxa de 2,2% sobre o estado. O comércio conta com 4.857 estabelecimentos comerciais entre os atacadistas e principalmente entre os varejistas, onde os estabelecimentos chegam a 4.835, e os atacadistas com 14 estabelecimentos (CEARÁ, 2019).

### **3.2 MATERIAL E MÉTODO**

O presente estudo será baseado em uma análise qualitativa que segundo Gil (2002), depende de muitos fatores: natureza dos dados coletados; extensão da amostra; instrumentos de pesquisa utilizados e pressupostos teóricos que conduzem uma investigação (Gil, 2002).

A pesquisa qualitativa trata mais da realidade vivenciada dos dados numéricos do perfil de CVLIs e têm por objetivo compreender o que esses números significam, e como os dados detalhados podem ser interpretados e que conclusões podem ser aproveitadas.

O perfil de Crimes Violentos, Letais e Intencionais (CVLI) é uma tabela completa e detalhada de informações sobre esses crimes e suas vítimas, reportando o máximo possível de informações para tabulação de dados. Os dados obtidos para a presente pesquisa foram obtidos compreendendo um período de tempo de 9 (nove) anos, de janeiro de 2015 até julho de 2023.

As informações obtidas para a realização do presente estudo foram:

- i) **Municípios:** Especifica o nome do município, ou seja, o local onde ocorreu o crime;
- ii) **AIS:** As Áreas Integradas de Segurança fazem parte da área administrativa de segurança do Estado;
- iii) **Natureza:** A natureza da morte diz respeito ao tipo de crime que a vítima foi alvo, pode ser classificado como: Homicídio doloso, feminicídio, latrocínio e lesão corporal seguido de morte;
- iv) **Data:** Informa o dia, o mês e o ano que ocorreu o crime;
- v) **Hora:** Informa a exata hora em que a vítima foi ceifada;
- vi) **Dia da semana:** Informa 1 (um) entre os 7 (sete) dias da semana que ocorreu o crime;
- vii) **Tipo de arma:** Dita qual o tipo de arma que foi utilizada durante o crime, podendo ser classificadas como: arma branca, arma de fogo ou outros meios;
- viii) **Gênero:** Indica o sexo da vítima como masculino ou feminino;
- ix) **Idade da vítima:** Indica a idade que a vítima tinha no momento em que foi alvo do crime;
- x) **Escolaridade** da vítima: Informa o tempo de permanência da vítima no período escolar e;
- xi) **Raça da vítima:** Indica a cor/raça que a vítima se identificava.

O perfil apresenta os crimes citados em todos os municípios que compõem o Estado do Ceará, nenhum outro estado está incluído nos dados, já que a tabela foi solicitada através da Superintendência de Pesquisa e Estratégica de Segurança Pública do Estado do Ceará - SUPESP, e os dados foram elaborados pela Gerência de Estatística e Geoprocessamento - Geesp.

Por fim, o Portal Ceará Transparente foi o site responsável pelo encaminhamento da solicitação por esses órgãos, que tem o objetivo de almejar uma transparência entre os cidadãos e a gestão do Estado, possibilitando uma fiscalização da população em combate à corrupção.

Para identificação de programas ou políticas públicas na Região do Maciço de Baturité voltadas à questão da segurança pública, será utilizado o Plano Plurianual para observar os problemas que causam a insegurança nas comunidades.

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento de médio prazo, elaborado pela administração pública com o intuito de estabelecer uma base estratégica de Governo, com eixos, temas, diretrizes e objetivos da administração pública, para possibilitar a execução

de políticas públicas e programas que resultem em bens e serviços para a população. Serão analisados os eixos e diretrizes abordados sobre a segurança pública em três Planos Plurianuais voltados a Região do Maciço de Baturité, que são 2016 - 2019; 2020 - 2023; e por fim 2024 - 2027 (CEARÁ, 2023).

Agora tendo acesso às informações e ressaltando que a tabela possui todos os CVLIs do ano de 2015 até julho de 2023, a tabulação dos dados obtidos é o primeiro passo para iniciar a análise dos dados.

Gil (2002, p. 42) ressalta que: "Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc."

Repare-se que as características ditas pelo autor, se assemelham às variáveis do perfil do CVLI. A tabulação é introduzida com o intuito de uma melhor eficiência e praticidade na procura de elementos específicos.

Para verificar informações específicas de maneira ágil e rápida, o filtro sobre as variáveis durante a tabulação, resultou em uma análise mais precisa para obter tal informação, como por exemplo identificar em todos os homicídios nos nove anos, na variável "gênero" a quantidade numérica exata de "homens", "mulheres" ou "não informado". Vale ressaltar que nas variáveis: idade; gênero; escolaridade; e raça, a classificação denominada "não informada" está presente para informar que não foi possível identificar ou não foi repassada a identificação da vítima em relação a alguma dessas variáveis.

Vale ressaltar que perante a tabulação, 2 (duas) análises serão cruciais para se iniciar a apresentação dos resultados. A primeira análise será a respeito do número máximo de crimes cometidos anualmente e posteriormente ratificar a diferença de um ano para outro, e a próxima análise no que se refere às vítimas. Após isso, se têm os dados filtrados e detalhados. O intuito seria deduzir possíveis conclusões e sugestões para os resultados.

Adentrando ao referencial teórico e as pesquisas bibliográficas, Mazucato (2018) diz que esse tipo de pesquisa exige planejamento e uma análise da literatura disponível sobre o tema estudado. Levando em consideração a relevância do estudo, é necessário fazer uma análise das referências e validação das informações que foram obtidas, referenciando os autores que são a chave para o assunto do tema (ECHER, 2001).

Segundo Oliveira (2011, p. 59) diz que o autor pode utilizar livros e artigos de metodologia de natureza científica para dissertar o que significa uma pesquisa descritiva. A metodologia descritiva está presente com intenção de uma abordagem mais referencial para

trazer diversos autores que se relacionam com o âmbito da segurança pública e defesa social, resultando em um fácil entendimento sobre o assunto e descrevê-lo de forma pormenorizada.

A pesquisa documental também é utilizada para desenvolvimento do referencial, as pesquisas que envolvem o uso de determinados documentos possuem como principais características o manuseio de artefatos, materiais, subsídios históricos, institucionais, associativos, públicos, privados, oficiais ou extraoficiais (MAZUCATO *et al*, 2018), exemplos deste se dá pela presença de citações da Constituição Federal, decretos e medidas provisórias.

Gil (2011) dita a pesquisa bibliográfica como a contribuição de vários autores em relação a um determinado assunto. O que se torna primordial trazer a visão de alguns autores que foram inseridas com o intuito de complementar a ideia dessa importância no primeiro tópico da conceituação da segurança pública e nos demais tópicos do referencial. Para abordar sobre a segurança pública e defesa social, foi necessário trazer seus conceitos e ideais, e ao mesmo tempo trazer uma perspectiva em relação a violência e a criminalidade como problema político para introduzir a importância da temática.

A leitura analítica está presente a fim de organizar e resumir as informações que estão nas fontes, para que seja obtido respostas ao problema da pesquisa (Gil, 2002). Esse tipo de leitura foi utilizado durante a pesquisa sobre uma visão estadual com o intuito de entender como funciona a segurança pública no Estado do Ceará e quais as políticas públicas de segurança estão presentes no mesmo, isso é o passo inicial para averiguar quais são as responsabilidades do governo e se realmente está fazendo efeito tais políticas públicas diante da problemática.

Algumas políticas públicas foram identificadas e agrupadas em um único quadro (rever quadro 1), onde eram denominadas, descritas as suas definições, para o que serviam e os anos que elas entraram em ação. Levando em consideração que existem várias políticas públicas de segurança e dificilmente poderia se falar sobre todas, as selecionadas são as que ainda estão em vigor ou as mais atuais.

Após ser feito uma visão no Estado do Ceará, o próximo enfoque seria principalmente na visão municipal, justamente pela delimitação ser voltada apenas para municípios do Maciço de Baturité. Outra análise condizente com a estadual foi utilizada, buscando se há algum programa social direcionado à segurança e quais forças policiais são existentes nessas áreas municipais, no qual foi apresentado a principal força policial que atuam em municípios, a guarda municipal.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1. ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL PARA A REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ

Para identificação de programas ou políticas públicas na Região do Maciço de Baturité voltadas à questão da segurança pública, foram utilizados os Planos Plurianuais para observar os problemas que causam a insegurança nas comunidades. O Quadro 3 mostra os temas e as estratégias solicitadas pelos cidadãos.

Quadro 3 - Diretrizes de Segurança Pública do PPA 2016 - 2019

TEMA	PRIORIDADE	ESTRATÉGIAS	
		IDEALIZADO	EXECUTADO
Segurança Pública	SIM	Ampliar a realizações de ações preventivas de enfrentamento à violência.	Não foram encontrados registros.
Segurança Pública	SIM	Melhoria e reforço da segurança na região.	Sim, novas instituições policiais e políticas públicas.
Inclusão Social e Direitos Humanos	NÃO	Implantar programas de combate a intolerância aos grupos vulneráveis tais como: População negra, povos tradicionais, LGBTS, mulheres.	Não foram encontrados registros.

Fonte: Elaboração própria de acordo com o Planejamento Participativo e Regionalizado.

De acordo com o que se visualiza no Quadro 3, percebe-se apenas 3 diretrizes direcionadas a segurança durante o planejamento do PPA 2016 - 2019, levando a crê que a segurança pública não era um tema priorizado no plano. Aqui, foram reforçados o enfrentamento a violência, que também são direcionados aos grupos vulneráveis como foi exposto, evidenciando a violência como principal problema da segurança pública, assim solicitando reforços para conter a problemática.

Seguindo, adentra-se no PPA de 2020 - 2023 (ver Quadro 4), trazendo mais variedades de estratégias nos temas de segurança pública e justiça em relação ao Plano Plurianual passado. Tanto o tema da segurança pública, quanto o tema da justiça são de responsabilidade do eixo do Ceará Seguro.

Quadro 4 - Diretrizes de Segurança Pública do PPA 2020 - 2023

TEMA	PRIORIDADE	ESTRATÉGIAS	
		IDEALIZADO	EXECUTADO
Justiça	NÃO	Ampliar o acesso à justiça gratuita na região.	Não foram encontrados registros.
Justiça	NÃO	Ampliar o serviço de atenção multidisciplinar na Justiça pelo Estado.	Não foram encontrados registros.
Justiça	NÃO	Ampliar o uso de tecnologia na prestação dos serviços da Defensoria Pública.	Não foram encontrados registros.
Segurança Pública	NÃO	Ampliar segurança nos ambientes de ensino	Não foram encontrados registros.
Segurança Pública	SIM	Ampliar videomonitoramento para toda região.	Sim, em partes. Apenas o município de Baturité conta com o sistema de videomonitoramento.
Segurança Pública	SIM	Desenvolver ações articuladas de políticas de segurança pública, entre as setoriais do Estado, visando o combate ao tráfico de drogas	Não foram encontrados registros.
Justiça	NÃO	Garantir a celeridade e a resolução dos processos judiciais.	Não foram encontrados registros.
Justiça	NÃO	Garantir a efetividade de projetos de ressocialização de presos e egressos.	Não foram encontrados registros.
Segurança Pública	NÃO	Garantir e ampliar a polícia cidadã, nas áreas urbanas e rurais.	Não foram encontrados registros.

Segurança Pública	NÃO	Garantir estruturação e qualificação na prestação dos serviços de segurança, visando o atendimento às pessoas vulneráveis e vítimas de violência.	Não foram encontrados registros.
Justiça e Segurança pública	SIM	Garantir infraestrutura e qualificação na área de segurança pública e justiça, visando o exercício do trabalho na região.	Sim, houve reformas e modernização de quartéis para melhor efetivo.
Segurança Pública	NÃO	Garantir o encaminhamento das famílias às políticas públicas voltadas à superação da violência.	Não foram encontrados registros.
Segurança Pública	NÃO	Modernizar o Sistema Penitenciário para o cumprimento de pena humanizada.	Não foram encontrados registros.

Fonte: Elaboração própria de acordo com o Planejamento Participativo e Regionalizado.

Partindo da análise do Quadro 4, é notório uma atenção maior voltada à segurança desde o último Plano Plurianual antecessor desse. Vê-se que o reforço de segurança na região ainda é solicitado, visto que duas estratégias que são priorizadas são em relação a criar ações de políticas públicas de segurança, dando mais ênfase a outra problemática que seria o tráfico de drogas, e por última implantação de mais infraestrutura e qualificação na segurança para resultar em mais exercícios do mesmo na região.

Outra estratégia priorizada foi a de ampliar o videomonitoramento para toda a RMB. Até o presente ano, apenas um sistema de videomonitoramento foi instalado na região, que por mais que a prioridade seja em todos os municípios, apenas o município de Baturité contava com esse sistema de segurança (CEARÁ, 2023).

Publicado neste ano, o PPA de 2024 – 2027, apresenta apenas um tema para com a segurança, denominado de Segurança Pública e Justiça. Abaixo será mostrado as diretrizes do planejamento participativo regionalizado sobre o tema, o eixo agora é chamado de o Ceará que Cuida, Educa e Valoriza as pessoas, no qual nesse plano, nenhuma das estratégias de segurança pública foram priorizadas, mas algumas foram refeitas ou solicitadas novamente em relação ao PPA anterior.

Quadro 5 – Diretrizes de segurança pública 2024 – 2027

TEMA	PRIORIDADE	ESTRATÉGIAS	
		IDEALIZADO	EXECUTADO
Segurança Pública e Justiça	NÃO	Promover a criação das guardas municipais.	Por se tratar de um Plano atual, ainda não há registros.
Segurança Pública e Justiça	NÃO	Implantar delegacias regionais para as mulheres.	Por se tratar de um Plano atual, ainda não há registros.
Segurança Pública e Justiça	NÃO	Humanizar o atendimento a mulheres vítimas de violência.	Por se tratar de um Plano atual, ainda não há registros.
Segurança Pública e Justiça	NÃO	Criar bases comunitárias de apoio à segurança pública.	Por se tratar de um Plano atual, ainda não há registros.
Segurança Pública e Justiça	NÃO	Capacitar os profissionais de segurança pública para um atendimento mais humanizado, em especial durante as abordagens policiais.	Por se tratar de um Plano atual, ainda não há registros.
Segurança Pública e Justiça	NÃO	Articular com as universidades a oferta de cursos de especialização na área de segurança pública e direitos humanos.	Por se tratar de um Plano atual, ainda não há registros.
Segurança Pública e Justiça	NÃO	Ampliar o sistema de videomonitoramento.	Por se tratar de um Plano atual, ainda não há registros.
Segurança Pública e Justiça	NÃO	Ampliar o horário de atendimento das delegacias para 24 horas.	Por se tratar de um Plano atual, ainda não há registros.
Segurança Pública e Justiça	NÃO	Ampliar o efetivo dos profissionais de segurança pública.	Por se tratar de um Plano atual, ainda não há registros.
Segurança Pública e Justiça	NÃO	Ampliar o apoio à Defesa Civil.	Por se tratar de um Plano atual, ainda não há registros.
Segurança Pública e Justiça	NÃO	Ampliar a política de agentes de proteção da criança e do adolescente.	Por se tratar de um Plano atual, ainda não há registros.
Segurança Pública	NÃO	Ampliar a estrutura do corpo de	Por se tratar de um

e Justiça		bombeiros, com a criação de novos batalhões.	Plano atual, ainda não há registros.
-----------	--	--	--------------------------------------

Fonte: Elaboração própria de acordo com o Planejamento Participativo e Regionalizado.

Mesmo não sendo prioridade, vale ressaltar a estratégica de criação de guardas municipais como essencial para os municípios. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até 2020, apenas 5 dos 13 municípios possuíam guardas municipais, sendo eles: Aracoiaba, Barreira, Baturité, Guaramiranga e Palmácia. Então, é notório que menos de 50% dos municípios que compõem o Maciço de Baturité têm guardas municipais até o ano de 2020, o que pode causar impacto negativo na oferta de segurança.

Levando em consideração a falta de Guarda Municipal em alguns dos municípios do Maciço de Baturité, pode-se ter uma noção de que é verídico o fato da criminalidade ter mais relevância e ser mais presente nesses municípios, entretanto os guardas municipais não são apenas os únicos ideais para aprimorar a segurança pública.

Atualmente, em relação a instalações voltadas a segurança, o Maciço conta com 3 delegacias Municipais, localizadas em Baturité, Guaramiranga e Redenção, 1 companhia de bombeiros em Guaramiranga, 1 delegacia regional em Baturité e 1 batalhão do raio presente no município de Baturité (CEARÁ, 2023), logo, compreende-se que o município de Baturité seja o mais avançado no quesito segurança. Porém, partindo das diretrizes citadas, o enfoque também é referente a políticas públicas, programas e ações que podem ser soluções disponibilizadas para as problemáticas presentes na segurança.

#### **4.1.1 AÇÕES IDENTIFICADAS NA REGIÃO.**

Durante a apresentação dos Planos Plurianuais de acordo com os quadros 3, 4 e 5, foram identificados dois eixos que condizem com a segurança no Estado, sendo eles o Ceará Seguro e o Ceará que cuida, educa e valoriza as pessoas. Esses são eixos estratégicos de atuação governamental válidos em todo o território estadual, logo também é aplicado nas 14 regiões, incluindo o Maciço de Baturité.

O Ceará Seguro foi o eixo aplicado no PPA 2016 - 2019 e no PPA 2020 - 2023. Atualmente, o eixo aplicado no atual PPA 2024 - 2023 que se relaciona à segurança pública, é o Ceará que cuida, educa e valoriza as pessoas. Através das estratégias e principalmente aquelas que foram priorizadas, serão desenvolvidas ações, como a criação de políticas públicas ou programas a favor da segurança pública e justiça.

Divulgado pelo caderno regional do Maciço de Baturité (2017), é exposto algumas principais realizações do governo na região no biênio de 2016 - 2017. São apresentados o que foi realizado perante as diretrizes dentre os vários eixos, inclusive o que o eixo principal do assunto, o Ceará Seguro, onde as ações governamentais representam um volume de recursos orçamentários de 3, 86 milhões voltados a Segurança Pública, Justiça e Cidadania e a Política sobre drogas (CEARÁ, 2017).

No que diz respeito às ações voltadas à segurança pública, foram estipuladas algumas iniciativas. A primeira sendo a instalação de um circuito fechado de TV, um sistema de monitoramento para vigilância, nas delegacias citadas anteriormente, a delegacia regional em Baturité, e nas demais, em Guaramiranga e Redenção.

Outra ação é a realização de um curso de capacitação de multiplicadores para a comunidade, onde o tema principal abordado se tratava da prevenção a violência e o uso indevido de drogas. O curso foi ofertado no Município de Palmácia. Por último, a inclusão do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), visando a orientação sobre os alunos nas escolas para a prevenção do uso de drogas. O programa foi coordenado pela Polícia Militar do Ceará (PMCE) do Município de Barreira (CEARÁ, 2017).

A próxima ação governamental é sobre a Justiça e Cidadania, onde as ações foram destinadas à matrícula de 244 pessoas presas em escolas nas unidades prisionais. Também foram feitas as inscrições de 75 pessoas presas nas Unidades da Região no Enem para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) e a inscrição de 54 nas Unidades Prisionais da Região no Encceja PPL.

A última ação e sendo a com mais ênfase sobre as outras, é a Política sobre Drogas, abordando vários pontos no combate às drogas. Houve a realização ações socioeducativas sobre a prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas, sendo aplicado em escolas de Ensino Fundamental e Médio. A capacitação de 66 profissionais das áreas da saúde, educação e assistência social sobre essa mesma temática e valorização da vida, também foi incluída nessa política.

Seguindo, também houve a realização de duas gincanas artístico-culturais em escolas envolvendo não apenas alunos, mas também como seus pais e outras pessoas na comunidade. Ocorreu a realização de 16 encontros/eventos com o objetivo de disseminar a política sobre drogas e orientar as prefeituras na implantação de políticas locais e de Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas (COMPODS). Também há a participação da unidade móvel da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD) que aconteceu em cinco eventos para

atendimentos diferentes em quatro municípios. E por último a realização de uma palestra em diversas instituições para seus profissionais sobre essa mesma temática (CEARÁ, 2017).

O eixo atual, o Ceará que Cuida, Educa e Valoriza as Pessoas, no qual está atrelado o tema da segurança pública, têm o intuito de oferecer à comunidade uma vida digna na qual todos possam garantir seus direitos fundamentais em relação a formação e inclusão como cidadãos, e valorizar sua identidade social e cultural (CEARÁ, 2023).

Ressalta-se que o PPA de 2024 - 2027, ainda em fase de implantação, frisou a realização de uma estratégia priorizada no PPA de 2020 - 2023, que foi a de garantir infraestrutura e qualificação na área de segurança pública e justiça, visando o exercício do trabalho na região.

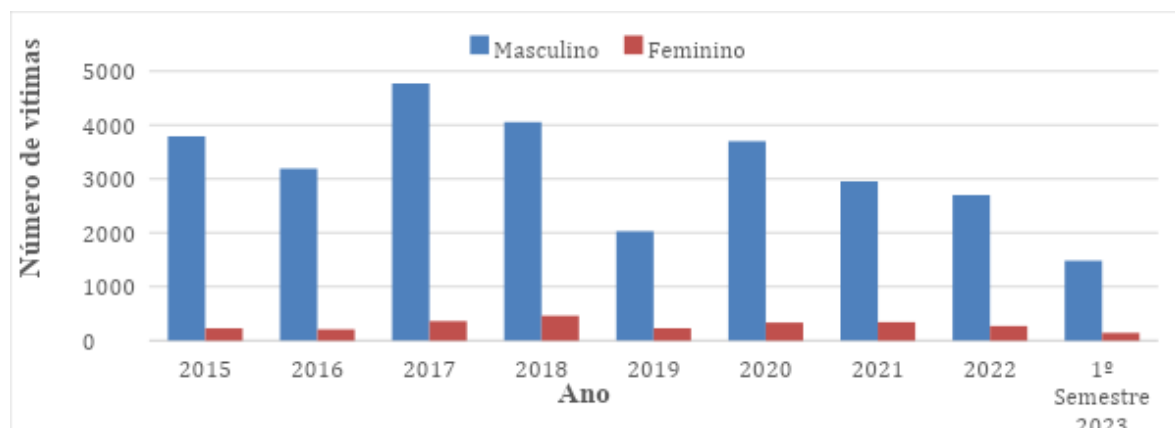
As principais realizações partindo dessa estratégia foi a modernização de quartéis da polícia militar do Ceará, equipados e reformados para uma melhor efetividade para atender às principais demandas da sociedade. E por último, a estruturação de uma delegacia da polícia civil do Estado do Ceará, garantindo assim equipamentos novos (CEARÁ, 2023).

Ressaltando os Planos Plurianuais e as problemáticas encontradas e as algumas possíveis soluções que foram realizadas, também é necessário analisar adiante o perfil CVLI. O perfil será analisado de maneira detalhada tanto em uma visão no Estado do Ceará, quanto na Região do Maciço de Baturité, perante ao conteúdo que se encontra no perfil, assim sendo possível chegar a conclusões com as variáveis e números que serão expostos.

#### **4.2. ANÁLISE COMPARATIVA DO PERFIL DOS CVLIs NO ESTADO DO CEARÁ E NOS MUNICÍPIOS DA RMB.**

A tabulação dos dados do perfil CVLI, como dito anteriormente, fez com que a filtração detalhada resultasse em uma análise mais precisa de todas as variáveis disponíveis no perfil. Agora, os resultados obtidos serão expostos para melhor compreensão do que o perfil CVLI apresenta, a exemplo do que segue no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Quantitativo de Vítimas segundo Gênero no Estado do Ceará



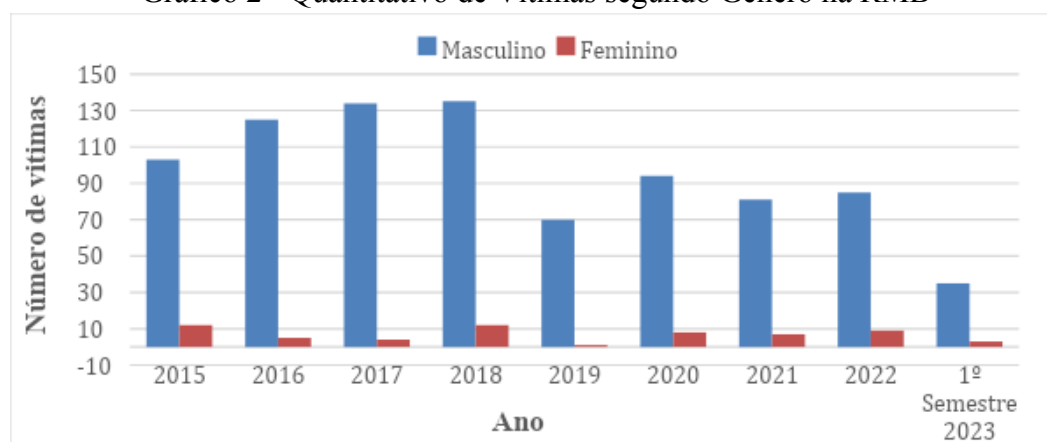
Fonte: Elaboração própria

Partindo da análise do Gráfico 1, um parâmetro na variável em relação a gênero é feito analisando os sexos "masculino" e "feminino" inicialmente no Estado do Ceará. Nota-se que entre os 9 anos presentes, o ano de 2017 é o ano que mais se destaca no número de vítimas no que se refere ao gênero masculino, totalizando 4769 homens. Já no que se refere ao gênero feminino, o ano de 2018 apresenta o maior índice, com 463 vítimas mulheres.

De 2015 até o primeiro semestre de 2023, totalizou-se o número de 31265 vítimas dos dois gêneros, sendo 91,70% do sexo masculino e 8,30% do sexo feminino, sendo perceptível que o maior número de casos desses crimes está atrelado ao público masculino. Vale ressaltar que também foi contabilizado o número de "não informados" que é igual a apenas 6 vítimas, ou seja, pessoas que não foram identificadas os seus respectivos gêneros.

Adentrando a Região do Maciço de Baturité, o Gráfico 2 aponta ainda sobre a variável gênero e seus índices de homicídios no decorrer dos anos.

Gráfico 2 - Quantitativo de Vítimas segundo Gênero na RMB



Fonte: Elaboração própria

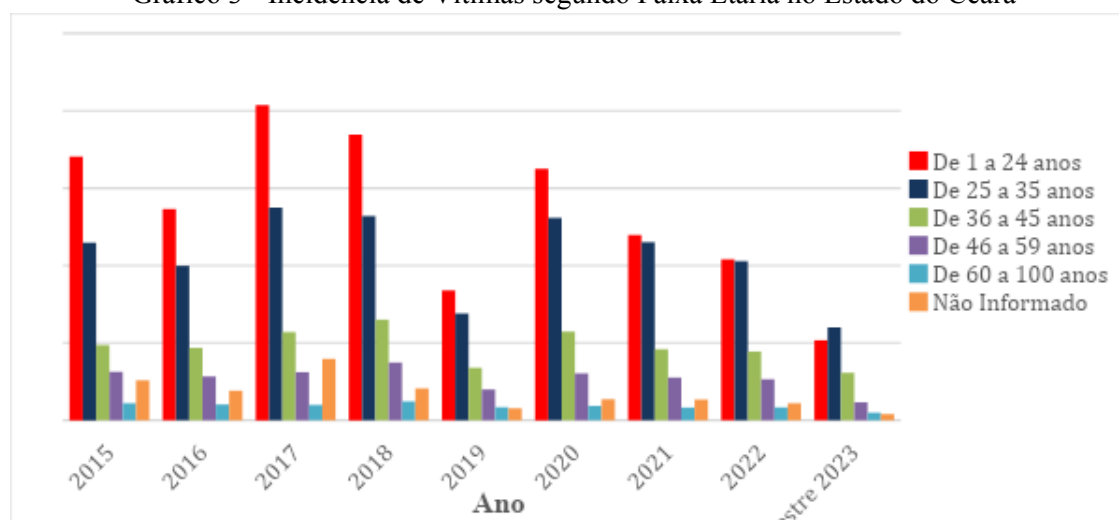
Na região, os anos de 2017 e 2018 foram os anos com índices quase iguais perante o gênero masculino, sendo 134 e 135 vítimas respectivamente. E os maiores índices de vítimas do gênero feminino sendo nos anos de 2015 e 2018 com números iguais a 12 vítimas.

O resultado do número de vítimas na RMB durante os 9 anos, é igual a 923 pessoas, sendo 93,39% do gênero masculino e 6,61% do gênero feminino. Ressalta-se que não há registros de "não informados" na região durante esses anos.

Após a análise do Estado do Ceará no Gráfico 1 e seguidamente, a análise na Região do Maciço de Baturité no Gráfico 2, constata-se de acordo com os dois gráficos que o gênero mais propício a ser vítima de Crimes Violentos Letais e Intencionais, é o gênero masculino, ultrapassando a porcentagem de 90% tanto na análise estadual, quanto na análise regional, enquanto a taxa de vítimas femininas é inferior a 10% nas duas análises.

A próxima variável é a faixa etária das vítimas no Estado do Ceará. O Gráfico 3 aponta que a faixa etária mais comum de serem alvos de homicídios são aqueles que possuem entre 1 a 24 anos, tendo o seu ápice em 2017, com 2037 vítimas.

Gráfico 3 - Incidência de Vítimas segundo Faixa Etária no Estado do Ceará

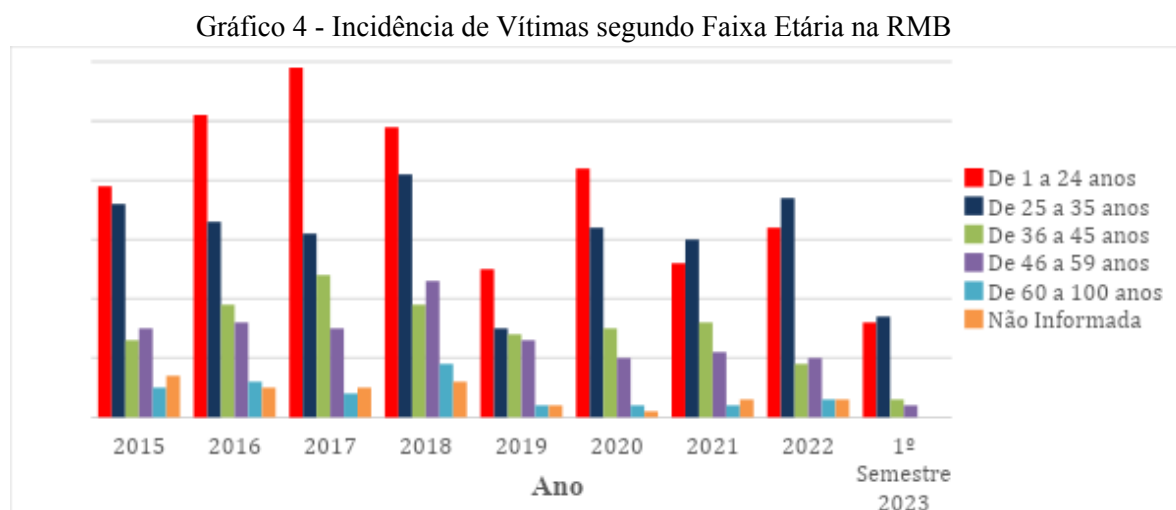


Fonte: Elaboração própria

Apenas atualmente no ano de 2023 que é notável que a faixa etária com maior índice é a de 25 a 35 anos, porém são dados apenas até o primeiro semestre deste ano.

O segundo índice com maior taxa de homicídios é de 25 a 35 anos, tendo em 2022 um número quase igualitário às idades de 1 a 24 anos. O menor índice se dá na faixa etária de 60 a 100 anos, sendo superado em quase todos os anos pela informação de idades desconhecidas (não informada), sendo apenas em 2019 e o primeiro semestre de 2023, os anos em que isso não ocorre.

Agora, o Gráfico 4 ressalta-se ainda sobre a variável em relação à faixa etária, porém na Região do Maciço de Baturité.



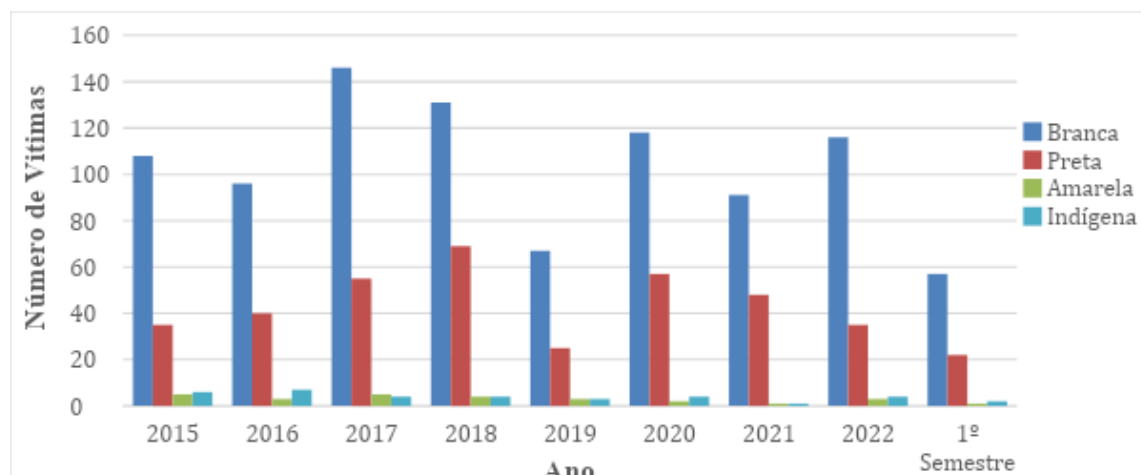
Fonte: Elaboração própria

Em relação a RMB, assim como no Ceará, o ápice se dá na faixa etária de 1 a 24 anos, no ano de 2017, com 59 vítimas. Porém, em 2022, as idades de 25 a 35 anos se destacam na escala de homicídios, totalizando 37 vítimas. E complementando, até o atual semestre de 2023, o número de idades desconhecidas ainda é 0.

É verídico afirmar diante dos Gráficos 3 e 4, o registro da disparidade de homicídios entre as pessoas com a idade entre 1 a 35 anos, dando a entender que o número maior de casos perante a esses crimes, se dá em crianças, adolescentes e adolescentes adentrando a vida adulta e adultos. Segundo Cerqueira (2019), 23,3 mil vítimas tinham entre 15 e 25 anos, ou seja, a faixa etária que mais é registrada no perfil CVLI é a população jovem.

Próximamente, a variável analisada é sobre as raça, onde primeiramente é analisado 4 raças identificadas, a Branca; Preta; Amarela; e Indígena, como mostra o Gráfico 5 abaixo.

Gráfico 5: Quantitativo de Vítimas por Raça no Estado do Ceará



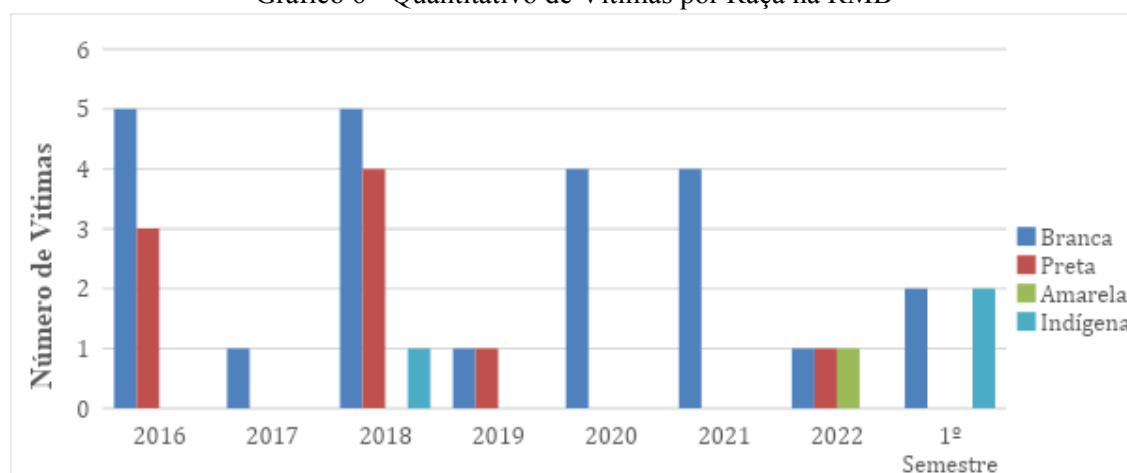
Fonte: Elaboração própria

No Gráfico 5, observa-se que o maior índice da raça mais vitimizada, é a "Branca", com sua maior taxa em 2017 com 146 pessoas vítimas de homicídios e o segundo ano com mais taxa de homicídios em 2018, com 131 pessoas brancas. A segunda raça com maior índice é a "Preta", seguindo a mesma análise, o maior índice em 2018 com 69 vítimas.

Agora pelo contrário, a raça "Amarela" é a raça com menor índice de homicídios por ano, sendo os maiores índices em 2015 e 2017 com o registro de apenas 5 vítimas, e o menor registro em 2021 com apenas 1 vítima. Complementando, até o primeiro semestre de 2023, também há apenas 1 caso de homicídio em relação à raça "Amarela".

Após análise no Estado do Ceará, passa-se a analisar o Gráfico 6 em relação a RMB.

Gráfico 6 - Quantitativo de Vítimas por Raça na RMB



Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que neste gráfico, ocorre a inexistência do ano de 2015, isso acontece pelo fato de 2015 não haver registros de homicídios na região das raças informadas no gráfico, ou seja, o número de vítimas em relação às raças branca, preta, amarela e indígena é igual a 0.

Continuando, assim como no Estado do Ceará (ver gráfico 5), o Gráfico 6 na visão regional, a raça "Branca" segue tendo o maior índice, tendo seu pico máximo também em 2016 e 2018, com o número igual a 5 vítimas. A raça com menos registro de homicídios também é a raça "Amarela" tendo apenas 1 registro em 2022 e nos outros anos nenhum registro de homicídio em relação a essa raça.

Foi exposto sobre 4 raças identificadas tanto no Ceará, quanto na RMB, logo em seguida, observando o Quadro 6 a seguir é notável que ainda se trata da variável "Raça", porém essa análise é voltada às duas informações com maior número, sendo a raça "Parda" e a "não informada".

Quadro 6 - Complemento Discriminação de Quantitativo de Vítimas do Estado do Ceará

<b>Raça / Ano</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>1º Semestre 2023</b>
Parda	807	706	914	920	440	755	666	627	398
Não informado	3058	2055	4009	3390	1719	3103	2492	2185	1149

Fonte: Elaboração própria

A "não informada" se destaca pela falta de raças não identificadas durante o processo da tabulação, como por exemplo em 2017 com o maior registro de raças que não foram informadas durante a obtenção dos dados das vítimas, chegando a 4009 vítimas sem raça informada no Estado do Ceará. Já a raça "Parda" tem seu maior índice em 2018, com 920 vítimas. O Quadro 7 agora, também mostrará os maiores índices em relação às duas informações anteriores (ver Gráfico 6).

Quadro 7 - Complemento Discriminação de Quantitativo de Vítimas da Região do Maciço de Baturité

Raça / Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	1º Semestre 2023
Parda	20	20	28	42	18	29	17	22	11
Não informado	95	102	109	95	51	69	67	69	23

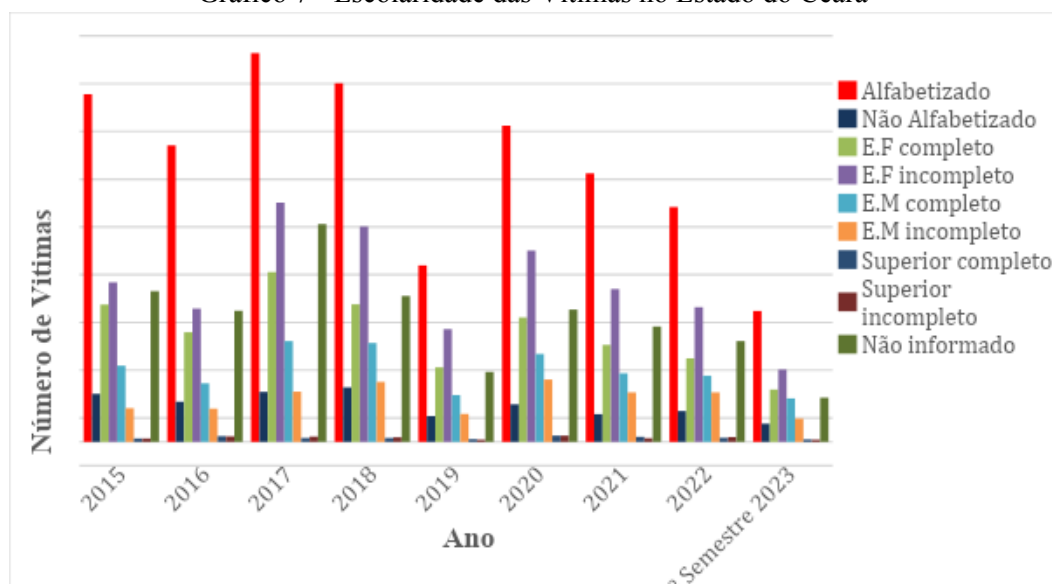
Fonte: Elaboração própria

Agora, no caso do Quadro 7, a Região do Maciço de Baturité, foram 109 vítimas sem raça informada também em 2017, e a raça "Parda" também se destacando com seu ápice em 2018 42 vítimas.

Segundo dados do IBGE, uma pessoa considerada negra no Brasil, são aquelas que são atribuídas às raças parda e preta (IBGE, 2022). E levando em consideração os dados apresentados e dados disponibilizados, em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios são pessoas negras, levando ao fato de que as pessoas negras são as mais propícias a serem alvos de homicídios (CERQUEIRA, *et al*, 2017).

A última variável a ser analisada, se refere à escolaridade das vítimas como é exposto no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Escolaridade das Vítimas no Estado do Ceará



Fonte: Elaboração própria

A escolaridade se remete até qual período escolar que a vítima conseguiu estudar, sendo de acordo com o Gráfico 7 a maioria alfabetizada e tendo a maior taxa em 2017 com 1629 vítimas que são alfabetizadas. O segundo maior índice durante os nove anos se dá às vítimas com ensino fundamental incompleto, pelo contrário, tanto o ensino superior completo, quanto



RMB	115	130	138	147	71	102	88	94
CE	4019	3407	5133	4518	2257	4039	3299	2970

Fonte: Elaboração própria

O quadro 8 se refere à média calculada do número de vítimas informadas no perfil CVLI. A média calculada em relação ao Estado do Ceará é igual a 3705 vítimas, enquanto a média da Região do Maciço de Baturité é igual a 110 vítimas. Então o quadro apresenta quais os anos que ultrapassaram a média e quais os anos que ficaram abaixo da média calculada. Vale ressaltar que o ano de 2023 não está incluso devido às informações disponíveis no perfil serem até o primeiro semestre do ano em questão.

Após ciência das médias informadas, facilmente se percebe quais foram os anos mais violentos e os menos violentos, como seria o caso de 2015, 2017 e 2018 como os anos em que o número de vítimas ultrapassaram a média mencionada tanto no Ceará como na RMB. Já os anos de 2019, 2021 e 2022 demonstraram ser os anos mais pacíficos por se manterem abaixo da média. Agora, observa - se os anos de 2016 e 2020 sendo diferentes em relação às duas regiões, como por exemplo, em 2016 no Ceará a média foi ultrapassada, porém na RMB o número de vítimas se manteve abaixo. Já no ano de 2020, foi ao contrário, sendo o Ceará estando abaixo, e a RMB acima da média.

Outro fator importante para se analisar, seria em relação ao ano de 2017 como sendo o ápice da violência e homicídios diante os outros anos, como se pode ver nos gráficos. O Brasil registrou em 2017 o maior número de homicídios na história, sendo o Ceará o 3º Estado a registrar a maior taxa de homicídios. A mesma fonte também indica um dos motivos para tal crescimento da taxa de homicídios, que seria as novas dinâmicas do crime organizado. Outros fatores como por exemplo: violência policial; estupros; feminicídio; latrocínio; e porte de armas, também sofreram um aumento em suas taxas no ano de 2017 (CERQUEIRA, *et al*, 2017).

Diferente do ano em relação, vale salientar que o ano de 2019, como pode ser visto, é apresentado nos gráficos como o ano com menor índice em relação às variáveis apresentadas. Registros indicam o menor número de homicídios no ano em questão e trata-se do menor número desde de 2007, ano em que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública passou a coletar dados (CERQUEIRA, *et al*, 2019).

E novamente, a mesma fonte aponta a causa dessa redução em todos os Estados do país, pode ser explicada em alguns pontos, como uma nova configuração no mercado de drogas, ou seja, uma trégua entre esses grupos que seguem esse ramo, e também a pressão dos sistemas

prisionais contra chefes do crime organizado que estão presos. Outro fator é a liderança política que reforça a segurança pública como prioridade na sua gestão, então em alguns estados possuem políticas públicas voltadas à redução e controle da violência.

### **4.3. REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA GESTÃO MUNICIPAL NA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.**

Diante do que foi exposto nos resultados alcançados dos objetivos (i) e (ii), será abordado aqui uma reflexão do papel da gestão municipal. Após ciência dos números e de informações importantes a respeito da pesquisa qualitativa em nível regional no Maciço de Baturité, sugestões ou ideias se tornam cruciais para o desenvolvimento da segurança pública e defesa social no Maciço.

Como dito anteriormente, é dever do Estado oferecer segurança para a população, e nos municípios não será diferente. Tendo base que a criminalidade e a violência podem se tornar um problema mais complexo, é de inteira responsabilidade da gestão municipal um maior envolvimento dos seus gestores e prefeitos nesta temática da segurança pública. Objetivar mais engajamento na área e investimentos para buscar o resultado de uma redução nas informações que foram apresentadas no que se refere ao perfil CVLI, ou seja, uma queda de índices de violência e homicídios anualmente, como houve no ano de 2017 por exemplo, sendo o ano menos violento dentre os 9 anos apresentados.

Volta-se aqui a abordar novamente sobre o caso de São Paulo como um exemplo para colaborar com a segurança, que foi mostrado no referencial teórico. Zanetic (2016) afirma que a SENASP orientou que os municípios de São Paulo elaborassem diagnósticos sobre algumas informações dos municípios, principalmente sobre a violência, para por fim elaborarem um Plano Municipal de Segurança Pública.

Identifica-se agora um dos primeiros passos para as gestões dos municípios da RMB se dedicarem para criar, um Plano Municipal de Segurança Pública. Informações sugerem 3 etapas para a criação do plano (MARQUES, *et al*, 2022):

- I. A primeira etapa seria justamente sobre a **preparação e diagnósticos** das situações de violência dos municípios, assim como também ações já realizadas e um mapeamento de problemas a serem enfrentados.
- II. A segunda etapa seria sobre o **engajamento comunitário**, ou seja, a consulta a diversos grupos populacionais sobre a violência na perspectiva dos mesmos. A atuação da comunidade nessa etapa é de extrema importância.

III. Por último seria a **formulação do plano e pactuação social**, no qual com o diagnóstico feito e as demandas estabelecidas, o último passo seria uma filtragem das informações mais importantes para implementação do plano.

Lembrando que o Fundo Nacional de Segurança Pública, anteriormente era destinado apenas para os municípios que possuíam guarda municipal, porém, após alteração, também foram destinados para os municípios que possuíam Conselhos Municipais de Segurança ou que se responsabiliza para a criação do mesmo diagnóstico em questão para criar o Plano Municipal de Segurança Pública.

Tendo ciência desse recurso disponibilizado pela união, outro passo importante das gestões é se comprometer e demonstrar interesse com a área da segurança a fim de ter direito ao fundo em questão e destinar tais recursos à melhoria da segurança. As alternativas podem ser voltadas a criação do conselho mencionado caso o município não possua, ou elaborar o diagnóstico.

Na análise de um dos objetivos, foi discutido referente aos guardas municipais, onde o último censo do IBGE em 2020 identificou que apenas 5 dos 13 municípios da região possuíam guardas municipais. O comprometimento na instalação de mais guardas municipais nos municípios que não possuem, seria outro avanço a ser estipulado visto que nem metade dos municípios dispõem do mesmo. Em relação ao investimento para isso, caso os municípios contassem com o Fundo Nacional de Segurança Pública, seria essa uma das possibilidades para investir na guarda municipal.

Ressalta-se que por se tratar de uma organização policial a nível municipal, a capacitação dos profissionais é supervisionada pelo ministério da justiça, onde ocorrerá a formação funcional de seus integrantes para capacitar os mesmos a atividade policial, assim sendo possível o porte de armas pelos guardas municipais (BRASIL, 1988). Ou seja, os guardas municipais também são bem preparados e autorizados ao porte de arma com a devida preparação, os tornado qualificados para defesa a nível municipal.

Em relação a instituições de segurança presentes na região, como foi dito anteriormente em uma das análises, o município de Baturité seria o mais avançado neste quesito, pois conta com 2 delegacias: Municipal e Regional. Um sistema de videomonitoramento, um batalhão do raio e ainda seria um dos 5 municípios com guarda municipal presente.

Diante deste fato, percebe-se outra maneira de investimento para a segurança pública, a instalação de novas instituições principalmente nos municípios com exiguidade perante a essas organizações. Ainda não há registro também de uma delegacia da mulher nas redondezas, e o sistema de videomonitoramento como foi uma das diretrizes com prioridade

em um dos PPA para ter em todos os municípios, apenas em um deles é existente. É notável uma certa ausência de instituições de segurança em alguns dos municípios, fazendo-se necessário a criação de novas.

Segundo Marques (2022, p. 9) a prefeitura tem o importante papel de se responsabilizar a coordenar ações de segurança urbana mesmo não tendo comando em relação às polícias estaduais. Essas ações podem ser voltadas à prevenção a violência; promoção da cultura de paz; ação policial preventiva; proteção às mulheres; a defesa social dos públicos e áreas vulneráveis; e ordenamento territorial. Todas essas ações podem e devem passar pela prefeitura.

Agora, entendendo sobre essas ações, a segurança pública deve ser mais objetiva, os gestores e os prefeitos devem ter maior envolvimento na área. A criação de políticas públicas acaba por se tornar um dos meios mais viáveis para atender as necessidades dessas ações de segurança, ou seja, atender as necessidades de grupos específicos.

Problemas de segurança tendem a ser voltados a uma certa problemática específica e variam de acordo com cada região. Por exemplo, pode haver casos em que o registro de feminicídios seja mais elevado em um único município, levando a crer que tal município necessita de uma política pública de segurança referente à proteção à mulher. Analisar cada município é o primeiro passo para determinar qual política pública deve atuar no local, desenvolvendo programas de proteção, segurança ou cuidado com a comunidade.

## **5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

A violência e a criminalidade sendo os principais responsáveis por ceifar a vida de numerosas pessoas, faz com que a segurança pública e a defesa social se torne mais e mais de extrema importância não apenas para os Municípios, mas para os Estados e a União. Uma discussão voltada a esse assunto é indispensável pelos poderes, pela população e pelas forças policiais sendo que essas problemáticas são uma das principais causas que assolam o país.

A segurança pública é um direito de todo e qualquer cidadão brasileiro, estando previsto em lei no documento mais importante para o país, a Constituição Federal, como um direito obrigatório para toda a sociedade. A segurança é uma área priorizada em todo território nacional, visto que tais problemas voltados a essa área podem afetar diretamente e indiretamente não apenas os cidadãos, mas qualquer outra área profissional.

Os três níveis de governo, Federal, Estadual e Municipal, são responsáveis por oferecer ofertas de segurança de acordo com sua divisão de responsabilidade. O nível Municipal por

parte da segurança se responsabiliza pela guarda civil municipal e também podem colaborar com a criação de políticas públicas em conjunto da sociedade. A própria população pode ser a responsável pelo desenvolvimento da segurança com colaboração da sua participação em programas e ações de cidadania e segurança, que são ofertados pela esfera municipal. Por isso, faz-se necessário a própria participação pública para reclamar seu direito à paz.

Necessariamente, as políticas públicas de segurança se destacam em municípios sendo o meio mais próximo a esse tipo de gestão, já que não possui relações de comando com as polícias estaduais. É relevante uma pesquisa mais aprofundada feita pela própria gestão para identificação de problemas de segurança na sua região, expor se há leis municipais para agir em conjunto com a segurança, e identificar ações ou programas de cidadania e segurança pública. Se não há, é de suma importância criar.

Equipes podem ser montadas para se responsabilizar para obtenção de tais dados, levantar sugestões e opiniões do público ou de grupos específicos através de entrevistas, questionários ou reuniões. Por conseguinte, os dados serão levados à gestão da prefeitura para análise e depois pôr em ação, seja criando políticas públicas, ou secretarias específicas como de Cidadania, segurança pública ou defesa social.

Foi mencionado um diagnóstico a ser feito pelas gestões municipais, sobre a situação de violência que se encontra nos municípios. O presente trabalho pode ser visto como um início para elaborar um diagnóstico completo de tais situações, visto que são apresentados os dados do perfil CVLI da forma detalhada e compreensível para compreender como anda a segurança na Região do Maciço de Baturité.

Os gráficos e quadros apresentados nos resultados seguem a estrutura de uma pesquisa qualitativa para analisar a realidade que as informações presentes apresentam, como características dos grupos identificados, como idade, sexo, escolaridade, etc.

Os números e as informações mostradas no decorrer da presente monografia, apontam a seriedade do assunto abordado, por mais que haja informações incompletas. Recomenda-se uma obtenção de dados mais precisa sempre que possível, visto que, por exemplo, na análise dos gráficos algumas das variáveis apresentavam informações “não informadas”, no caso da variável “Raça” sendo a que mais sofreu com falta de dados não reconhecidos, o que resultou em uma pesquisa não tão precisa também, sendo necessário pesquisar em outras fontes.

Os resultados obtidos e analisados refletem na função de um governo municipal em relação aos seus deveres para com o município. A administração municipal exerce sobre a segurança pública e defesa social o desenvolvimento de ações de prevenção à violência como criação de políticas públicas ou investimentos e instalações de equipamentos públicos, como

sistemas de videomonitoramento ou modernizar as delegacias, além de ofertas de empregos na área da segurança.

Antes da implementação dessas ações citadas, conhecer bem o município e compreender como funciona as dinâmicas da criminalidade e violência é o primeiro passo a ser dado para gestão, para a criação de planos e execução. Para resolver um problema é preciso primeiro conhecê-lo, uma manutenção na cidade contribui para a inibição da violência.

Este Trabalho de Conclusão do Curso objetivou maior conhecimento sobre a área da segurança pública e defesa social, assim como conhecimento também em um dos maiores problemas presentes no país. A administração pública como uma das principais ferramentas de criação de políticas públicas, também é responsável pelo bem-estar social e interesse coletivo.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 10.822, de 29 de set. de 2021. **Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030**. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.906, de 20 de dez. de 2021. **Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio**. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9761, de 11 de abr. de 2019. **Aprova a Política Nacional sobre Drogas**. 2019.

CEARÁ. **Ceará Seguro**. Secretaria de Planejamento e Gestão. 2023. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.sep.lag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/07/Cear%25C3%25A1-Seguro.pdf&ved=2ahUKEwjbleW-\\_8WCAxWNO7kGHR-xDDIQFnoECA0QAAQ&usg=AOvVaw3NpHloFMFyqg2L90dHs7cl](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.sep.lag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/07/Cear%25C3%25A1-Seguro.pdf&ved=2ahUKEwjbleW-_8WCAxWNO7kGHR-xDDIQFnoECA0QAAQ&usg=AOvVaw3NpHloFMFyqg2L90dHs7cl)>. Acesso em 19 de ago. de 2023.

CEARÁ. **Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência - PREVIO**. Vice-Governadoria. 2023. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.vic.egov.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/4/2020/10/%25E2%2580%25A2-FORTAL-Apresentac%25CC%25A7a%25CC%2583o-PreVio.pdf&ved=2ahUKEwjdk8THg8aCAxVJL7kGHafBBkUQFnoECAkQAAQ&usg=AOvVaw0VLEOUxQvov-MqAdfotZdE>>. Acesso em 11 de set. de 2023.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência** – 2017. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP. 2017.

- CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência** – 2019. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP. 2019.
- CUNHA, João Pedro Ferreira Rosa et al. **Controle judicial do poder de polícia**. 2017.
- DE OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO, 2011.
- ECHER, Isabel Cristina. **A revisão de literatura na construção do trabalho científico**. Revista gaúcha de enfermagem. Porto Alegre. Vol. 22, n. 2 (jul. 2001), p. 5-20, 2001.
- E **Pública. PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL 2021 - 2030**. Brasil. 2021.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.
- GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- JUNIOR, Almir de Oliveira. **A Senasp e o papel dos municípios na segurança pública: o caso das guardas civis municipais**. 2017.
- KAHN, Tulio; ZANETIC, André. **O papel dos municípios na segurança pública**. 2006.
- MAZUCATO, Thiago et al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: Funep, 2018.
- MENEZES, Júnior, R. A. (Coord.). **Planejamento Participativo e Regionalizado**. Oficinas PPA. Caderno Regional Maciço de Baturité. Governo do Ceará. Secretaria de Planejamento e Gestão. 2017.
- MENEZES, Júnior, R. A. (Coord.). **Planejamento Participativo e Regionalizado**. Oficinas PPA. Monitoramento Participativo 2017 Governo do Ceará. Secretaria de Planejamento e Gestão. 2017.
- MENEZES, Júnior, R. A. (Coord.). **Planejamento Participativo e Regionalizado**. Caderno Regional Maciço de Baturité 2019. Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Planejamento e Gestão. 2019.
- MENEZES, Júnior, R. A. (Coord.). **Planejamento Participativo e Regionalizado**. Relatório Consolidado dos Encontros Regionais 2019. Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Planejamento e Gestão. 2019.
- MOURA, Carla Kemille Moreira. **A política de segurança pública de Fortaleza: um estudo sobre o Programa Municipal de Proteção Urbana (PMPU) a partir do discurso de gestores e coletivos de juventudes**. 2019.
- SAMPAIO, F. et al. **01 Guia Segurança no Município**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 09 de jul. de 2022.

- SAMPAIO, F. et al. **02 Guia Segurança no Município**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 09 de jul. de 2022.
- SILVA, Costa, L. R. BOTELHO, De Araujo. A. C. (Coord.) **Planejamento Participativo e Regionalizado**. PPA 2024 - 2027. Maciço de Baturité. Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Planejamento e Gestão. 2023.
- SOUZA, Rafael Marques. **Papel dos municípios na segurança pública**. 2021. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito, Justiça e Desenvolvimento) Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021.
- TÁVORA, Marcílio Linhares. **Programa municipal de proteção urbana (PMPU):** Contribuição estratégica de segurança cidadã em Fortaleza–CE. 2018.
- VASCONCELOS, Adriana. **O Papel dos Municípios na Segurança Pública**. revista Política Democrática. Brasília. n. 56. 2020.
- XAVIER, A. R. (2009). **Políticas Públicas de Segurança**. CSOnline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, (4). Recuperado de <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17067>> DE SOUSA, Emanuel Bruno Lopes. **Política de Segurança Pública no Ceará: algumas evidências**. 2013.
- XAVIER, Antônio Roberto. **A Segurança Pública no Ceará no “Governo das Mudanças”:** agenda política, fatos, feitos e promessas. Revista LEVS, n. 18, 2016.

